

**EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.862.490 - RJ (2018/0290862-7)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**EMBARGANTE : EDGARD CHATEAUBRIAND JARDIM**  
**EMBARGANTE : CRISTINA MADUREIRA JARDIM**  
**ADVOGADO : ALEXANDRE GARCIA GANIN E OUTRO(S) - RJ102529**  
**EMBARGADO : TGRJ EMPREENDIMENTOS ECONOMICOS S.A**  
**ADVOGADOS : DANIEL BATTIPAGLIA SGAI - SP214918**  
**CAROLINA BARONI DE SOUZA FERRAREZE - SP305126**  
**FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES - RJ183218**  
**PRISCILA CANTELLI RODRIGUES MARTINS E OUTRO(S) - SP350866**

### **DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração opostos por EDGARD CHATEAUBRIAND JARDIM E OUTRA em face de decisão monocrática proferida por este signatário, que negou provimento ao recurso especial interposto pelo ora embargada.

Em suas razões, a embargante aponta omissão no julgamento unipessoal quanto à fixação da verba honorária recursal, nos termos do artigo 85 do NCPC.

Sem impugnação.

É o relatório.

Decido.

Com razão a parte embargante, impondo-se o acolhimento dos embargos.

**1.** De fato, verifica-se que a decisão embargada não se manifestou acerca do pedido de fixação dos honorários sucumbenciais recursais.

No que se refere ao disposto no artigo 85, § 1º, do NCPC, cumpre destacar que, nos termos da orientação do Plenário do STJ, fixada por meio do Enunciado Administrativo n. 7. (*"somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC"*).

Ademais, esta Corte Superior fixou entendimento no sentido de que é necessário o preenchimento simultâneo de três requisitos para majoração dos honorários recursais:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. ACÓRDÃO EMBARGADO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DO CPC/2015. FALTA DE SIMILITUDE FÁTICA. PRESCRIÇÃO. REPARAÇÃO. DIREITOS AUTORAIS. ILÍCITO EXTRA CONTRATUAL. ACÓRDÃO EMBARGADO CONFORME A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. NÃO CABIMENTO. DECISÃO MANTIDA.

(...)

5. É devida a majoração da verba honorária sucumbencial, na forma do art. 85, § 11, do CPC/2015, quando estiverem presentes os seguintes requisitos, simultaneamente: **a) decisão recorrida publicada a partir de 18.3.2016, quando entrou em vigor o novo Código de Processo Civil; b) recurso não conhecido integralmente ou desprovido, monocraticamente ou pelo**

**órgão colegiado competente; e c) condenação em honorários advocatícios desde a origem no feito em que interposto o recurso.**

(...)

(AgInt nos EREsp 1539725/DF, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, **SEGUNDA SEÇÃO**, julgado em 09/08/2017, DJe 19/10/2017)

No presente caso, o acórdão recorrido foi publicado em julho de 2017 (fl. 476, e-STJ) e o recurso especial da parte adversa integralmente desprovido, bem como houve a prévia fixação de honorários pelas instâncias ordinárias.

Com base em tais premissas, majora-se em 10% o valor dos honorários sucumbenciais já fixados em favor da parte ora embargante, tendo em conta a exígua tramitação do feito nesta fase processual e a justa remuneração do patrono pelo trabalho acrescentado.

**2.** Do exposto, acolho os embargos de declaração apenas para suprir a omissão apontada e, nos termos do art. 85, § 11, do NCPC, majoro em 10% (dez por cento) o valor dos honorários sucumbenciais já fixados na origem em favor da parte ora embargante.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

**MINISTRO MARCO BUZZI**

Relator